

**LIBERDADE, ESCRAVIDÃO E TRAVESSIAS
PELA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E URUGUAI**

CARATTI, Jônatas Marques. *O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013. 454p.

No início do ano 2014 vimos o tema da escravização ganhar destaque na mídia nacional e estrangeira devido ao lançamento do filme “12 anos de escravidão”, de Steve McQueen, que conquistou diversos prêmios cinematográficos, inclusive o Oscar de melhor filme. Trata-se da trajetória de Solomon Northup, um negro livre que vivia com sua família no norte dos EUA, onde a escravidão já não existia em meados do século XIX, quando ele foi sequestrado e reduzido à escravidão. Northup foi então violentamente forçado a esquecer seu passado como homem livre, obrigado a assumir uma nova identidade e acabou vendido como escravo para fazendeiros do sul do país, onde, na época, a escravidão não só vigorava mas se expandia.

A história contada por Jônatas Caratti em *O solo da liberdade* apresenta as trajetórias de Faustina e Anacleto, tão excepcionais como a de Solomon Northup. Durante a leitura, inclusive, pode-se chegar a pensar diversas vezes que a história de Faustina e Anacleto também

poderia virar um filme. Esses personagens centrais do livro de Caratti tiveram suas vidas alteradas, ainda quando crianças, por práticas de roubo e escravização que ocorriam na região da fronteira entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai em meados do século XIX. Ainda que esses casos por si só sejam fascinantes, este livro amplia a narrativa para refletir a respeito do impacto do fim da escravidão no país vizinho sobre as relações escravistas no Rio Grande do Sul

A trajetória de Faustina se inicia com sua mãe, Joaquina Maria, africana e escrava na cidade de Jaguarão, que fugiu atravessando a fronteira para o Uruguai. Lá, Joaquina se uniu ao africano Joaquim Antonio, com quem teve Faustina. Faustina nasceu no Uruguai no ano de 1843, momento em que aquele país passava por uma guerra que seria significativa para o processo de abolição no seu território (a República Oriental teve duas leis para a abolição da escravidão, uma de 1842 e outra em 1846). Faustina viveu livre com

seus pais no Uruguai por vários anos até que, numa noite de 1852, foi sequestrada por Manoel Noronha, que se dizia, entre outras coisas, “agarrador de negros fugidos”, levada para o Brasil e vendida como escrava. Em 1854, o caso chegaria à delegacia de Pelotas e a condição de cativa de Faustina foi questionada em processo criminal por ela ter nascido no Uruguai depois que este país já tinha decretado a abolição.

A história de Anacleto é um pouco diferente. Ele nasceu em 1851 no Rio Grande do Sul na condição de escravo. Em 1858 foi enviado pelo senhor, Antonio de Souza Escouto, para trabalhar em sua propriedade no Uruguai, onde acabou sendo roubado, levado de volta ao Brasil e vendido como escravo, com o novo nome de Gregório. Anacleto não chegou a viver como liberto, mas sua condição também foi questionada quando seu caso chegou à delegacia de Rio Grande, em 1862. Caratti então analisa como o desenrolar desse caso provocou uma discussão diplomática entre Brasil e Uruguai sobre a liberdade dos escravos que atravessavam a fronteira para trabalhar nas propriedades que senhores brasileiros tinham no Uruguai. Desse modo, o roubo de Anacleto no Uruguai e sua venda como escravo no Brasil poderia se configurar como uma forma de redução de pessoa livre à escravidão.

Para o autor, ambas as histórias demonstram a importância do processo abolicionista uruguaio para a escravidão na província do Rio Grande do Sul, criando um embate

entre os direitos de liberdade e de propriedade. Destaca ainda que este é um momento de forte imperialismo brasileiro na região e que o tema da escravidão foi um aspecto do conflito de interesses entre os dois países. Sua tese é pautada também na ideia de ambiguidade da fronteira, que é vista tanto como uma linha divisória quanto um espaço de integração e trocas, demonstrando como a travessia e os diversos contatos estabelecidos nessa fronteira podiam possibilitar, igualmente, a liberdade e a escravização.

Caratti justifica o recorte temporal do livro, de 1842 a 1862, pelas trajetórias de seus personagens principais, mas também destaca que o início de todo esse movimento está relacionado à Lei de 12 de dezembro de 1842 que aboliu a escravidão em Montevidéu, e o fim, no ano de 1862, por ser o momento em que o Uruguai conseguiu impor um maior controle sobre a condição de escravos que obtinham a liberdade por trabalharem em solo oriental (p. 64).

Estudos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul que trazem para a cena o contexto da abolição no Uruguai e seu impacto na sociedade escravista do Império, para além da questão das fugas de escravos, vem sendo melhor desenvolvidos apenas nos últimos anos.¹ A obra aqui rese-

¹ Dentre estes trabalhos, podemos citar Keila Grinberg, “Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o ‘princípio de liberdade’ na fronteira sul do Império brasileiro”, in José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes* (Rio de Janeiro:

nhada, resultado de uma dissertação de Mestrado defendida em 2010 na UNISINOS, é uma importante contribuição à historiografia da escravidão na região fronteira e merece grande destaque por sua abordagem original. Por influência de historiadores da micro-história, como Carlo Ginzburg e Jacques Revel, Caratti optou pelo estudo aprofundado e comparado de dois processos criminais, apontando, porém, ao longo do trabalho, a relação entre sua micro-história e o contexto histórico mais amplo. Essa metodologia é para o autor essencial, na medida em que permite o olhar sobre uma multiplicidade de personagens e cenários com os quais seus protagonistas se relacionaram direta ou indiretamente.

Jônatas Caratti usa um conjunto de fontes variadas, analisando-as de forma minuciosa: inventários *post-mortem*, escrituras de compra e venda de escravos, relatórios de presidentes da província do Rio Grande do Sul e, finalmente, processos criminais de escravização ilegal, selecionando entre estes os casos de Faustina e Anacleto. Como o pró-

prio autor destaca, estes processos continham muitas informações que permitiram traçar aquelas duas trajetórias de vida e a sua relação com o processo abolicionista uruguaio.

O livro é dividido em quatro capítulos. Cada um aborda um momento específico das jornadas de Faustina e Anacleto, que em várias ocasiões são entrelaçadas com outras, de forma comparativa, permitindo que o autor construa a relação de suas e de outras tantas experiências na fronteira, resultado do impacto da abolição da escravidão na República Oriental do Uruguai e do comércio interno de escravos no Império do Brasil.

O primeiro capítulo é aquele em que somos melhor apresentados aos principais protagonistas dessa história, ao mesmo tempo em que aparecem as primeiras análises do contexto em que viviam. Caratti busca identificar a origem da mãe de Faustina, Joaquina Maria a partir dos possíveis locais na África de onde eram importados os escravos que iam para a região do Rio Grande do Sul naquele período. Investigando o fenômeno da alforria, elabora gráficos com o perfil dos alforriados na cidade de Jaguarão e conclui que Joaquina Maria seria uma boa candidata à alforria, mas por razões que desconhecemos preferiu fugir para o país vizinho. O autor então busca as possíveis motivações para a fuga de escravos, concluindo que podia ser devido a maus-tratos e a separação de familiares, entre outros. Mas defende o papel das leis aboli-

Civilização Brasileira, 2007), pp. 267-285; Rafael Peter Lima, "A nefanda pirataria de carne humana": escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)", dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010; Keila Grinberg e Rachel Caé, "Escravidão, fronteira e relações diplomáticas Brasil-Uruguai, 1840-1860", *Africana Studia*, n. 14 (2010), pp. 275-285; e Keila Grinberg (org.), *As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América*, Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

cionistas uruguaias na decisão, particularmente de Joaquina, com base no depoimento de testemunhas ao processo do sequestro de Faustina, que fugira sabendo que no Uruguai já não havia escravidão (p. 127).

O autor relata ainda como no Uruguai Joaquina encontraria uma significativa população negra na vila de Melo, africanos, crioulos e mestiços livres e libertos, como era o caso de Joaquim Antonio, pai de Faustina, um “colono africano” desde que o Uruguai abolira a escravidão. Ela fora batizada no Uruguai e ali vivera, na condição de livre, até que Manoel Noronha e seu bando invadissem sua casa e a sequestrassem. O fato de Faustina ter nascido em solo uruguaio será posteriormente primordial no processo que decidirá sobre sua liberdade ou escravidão.

Temos também nesse capítulo que Anacleto, diferente de Faustina, nasceu no Brasil, em Encruzilhada, como escravo, e seus senhores eram a família de Antônio Escouto. Caratti então busca identificar essa família, suas relações e redes sociais, seu patrimônio e escravaria, com o objetivo de apreender o universo em que Anacleto estava inserido.

Depois disso, o autor se concentra na travessia de Anacleto pela fronteira rio-grandense. Muitos estancieiros do Rio Grande do Sul tinham estâncias também no Uruguai, como era o caso de Escouto, e era uma prática comum levarem sua mão de obra para o país vizinho. No entanto, o governo uruguaio era contra essa prática porque no seu

território não havia mais escravidão, era “solo livre”. A alternativa foram os chamados “contratos de peonagem”, segundo o autor, “firmados por senhores rio-grandenses com o objetivo de disfarçar a condição de seus cativos” (p. 136). Por esses contratos o senhor se comprometia a libertar o escravo antes de o levar para trabalhar no Uruguai. Mas era grande o número dos que não agiam assim, como foi o caso de Escouto. Anacleto informou ao delegado que trabalhava como escravo no Uruguai (p. 142). E foi em solo uruguaio que Anacleto fora sequestrado, enquanto realizava suas atividades na propriedade de seu senhor, sendo levado para Jaguarão, novamente como escravo, para ser ali vendido.

Abordar detalhadamente essa fase inicial da vida dos personagens foi muito importante para a construção das hipóteses do autor, pois assim como o local de nascimento de Faustina importa para se entender seu destino, o de Anacleto também, servindo como prova de direito de propriedade de Escouto no tribunal que julgava o caso de roubo, mesmo sabendo-se que ele trabalhara como escravo num território que já havia abolido a escravidão havia muitos anos e portanto deveria ser de fato considerado liberto segundo as leis uruguaias.

No segundo capítulo, Caratti faz uma importante distinção entre as trajetórias de Faustina e Anacleto, distinguindo roubo de apreensão. Para ele o caso de Faustina seria uma apreensão, pois ela teria sido

levada, no lugar de sua mãe fugitiva, por Manoel Noronha, capitão do mato que capturava escravos fugidos na fronteira. Já Anacleto teria sido vítima de um roubo ligado à valorização dos escravos no mercado depois da lei Eusébio de Queiros, que decretou o fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em 1850. A apreensão seria considerada uma prática legalizada por acordo entre Brasil e Uruguai, enquanto o roubo um ato expressamente ilegal.

Com base nessa teoria, o autor analisa o contexto das duas trajetórias. Primeiramente, Caratti se concentra na figura de Manoel Noronha, aquele que apreendeu Faustina, relacionando sua ação ao Tratado de Devolução de Escravos feito entre Brasil e Uruguai em 1851. Segundo este tratado, os escravos que, contra a vontade de seus senhores, fossem para o Estado Oriental do Uruguai, deveriam ser devolvidos aos seus donos. O tratado impunha também como regra que o senhor ou um agente autorizado pudesse buscar o cativo no Uruguai, autorização que Noronha declarou possuir. Caratti investiga o ofício de Noronha, a extensa lista de escravos fugidos que capturara, alegando ser contratado para recuperá-los, e a atuação dele e de seu bando na captura de Faustina.

O caso de Anacleto é analisado pelo autor como parte da demanda do tráfico interno de escravos, que levou a tais práticas ilegais de roubo não só de Anacleto, mas de centenas de negros do Uruguai, para serem trazidos para o Brasil e vendidos

como escravos. Nessa parte do livro o autor descreve de uma forma mais clara para o leitor algumas características desse “tráfico de nova espécie”, denominação que aparece na documentação da época, através dos processos de escravização ilegal que chegaram à Justiça brasileira. Demonstra que as vítimas não tinham chance de resistir, fosse na hora do roubo, em geral feito por grupos de homens armados, fosse posteriormente, tentando contar a outros a sua situação, devido a ameaças que sofririam caso se declarassem livres (p. 193).

Na última parte deste capítulo o autor questiona o perfil das vítimas desse tipo de sequestro, indagando até que ponto estaria atrelado ao perfil dos cativos mais procurados no mercado. Partindo para a análise das variáveis de sexo, idade e preço, utilizando como fontes principais as escrituras de compra e venda de escravos na cidade de Jaguarão e os processos criminais de escravização ilegal, o autor conclui que os mais procurados pelos traficantes eram jovens, como Anacleto, que atraíam o interesse dos compradores.

A rede comercial de escravos nas cidades de Jaguarão, Pelotas e Rio Grande é o tema do capítulo três. O autor busca entender a passagem de Faustina e Anacleto por estas cidades. Nesta parte, novamente, Caratti procura estabelecer a relação entre as trajetórias específicas e o contexto geral, analisando a dinâmica do comércio e a circulação dos cativos pela província, através de escrituras

de compra e venda, investigando o perfil dos negociantes e os casos de outros negros vendidos como escravos.

Voltando às experiências de Faustina e Anacleto, ainda nesse capítulo o autor expõe a chegada deles ao Brasil e suas vendas na província do Rio Grande. Nesse momento Faustina e Anacleto tiveram seus nomes alterados para Francisca e Gregório, prática que ajudava a despistar buscas policiais, mas que também marcava suas vidas na nova condição (pp. 279-280). O relato da movimentação de Faustina e Anacleto nos impressiona, pois em pouco tempo passaram pelas mãos de vários proprietários até que se descobrisse que tinham sido vítimas de sequestro.

O autor conta que Faustina foi comprada em Jaguarão de Maria Duarte Nobre, senhora de sua mãe Joaquina Maria, por Manoel Noronha, seu captor. Depois foi vendida duas vezes na cidade de Pelotas. As investigações sobre o seu caso começaram depois que seu paradeiro foi descoberto por seu pai, que recebeu um bilhete anônimo informando onde ela se encontrava. Já os raptos de Anacleto conseguiram vendê-lo a Francisca Gomes da Porciúncula, também em Jaguarão, depois do que seria vendido na cidade portuária de Rio Grande como “peça” de um leilão. Foi finalmente identificado como escravo desaparecido de Antônio Escouto por um tropeiro, o que levou seu senhor a procurar o delegado daquela cidade.

Quando os casos finalmente che-

gam às autoridades policiais, questiona-se quem seriam os verdadeiros culpados pelos crimes, instaurando-se os processos para ouvir e julgar os envolvidos. Caratti analisa o destino final dos personagens no capítulo final de seu livro, abordando inclusive como era feita a instrução do processo naquela época. É nesse capítulo que, comparando as causas de Faustina e Anacleto, o autor chega a outra hipótese importantíssima para o seu estudo: a diferença na justificativa de liberdade segundo os conceitos de cidadania (Faustina) e de solo livre (Anacleto).

A experiência de Faustina na Justiça mostra que, independentemente de ser filha de uma escrava fugida, o fato de ter nascido no Uruguai, depois que este país já havia decretado que não haveria mais escravos em seu território, e ser reclamada pelas autoridades uruguaias como cidadã daquele país, foi determinante para que ela fosse declarada livre e retornasse ao Uruguai com sua família. Caratti mostra ainda que o processo de Faustina, e outros que envolviam o nascimento da pessoa em solo uruguaio, contaram com uma dedicação constante das autoridades orientais para sua resolução e punição dos réus, que dificilmente eram condenados (p. 356).

No caso de Anacleto, o autor mostra que, pelo fato de ser escravo nascido no Brasil, o argumento para que fosse livre passava pelo conceito de liberdade do solo, ou seja, por ele ter pisado em solo uruguaio quando lá já não existia escravidão,

e portanto deveria ser libertado. Entretanto, essa forma de adquirir a liberdade batia de frente com o direito de propriedade dos senhores brasileiros. Diferente de Faustina, Anacleto permaneceu escravizado.

O autor conclui que o conceito de cidadania pesava mais do que o de solo livre na conquista da liberdade de pessoas sequestradas nas condições em que foram os dois personagens (p. 372). E ressalta que estes casos também servem para entender o conflito de interesses entre Brasil e Uruguai em torno da escravidão.

Jônatas Caratti ainda brinda o leitor com um diário de bordo, contando sua experiência numa viagem até a fronteira, em 2009, descrevendo não só um pouco do seu processo de pesquisa, mas também da vida dos descendentes dos escravos que viveram na região por onde circu-

laram Faustina e Anacleto, onde habitaram seus senhores, e assim nos permitindo visualizar aspectos da construção da memória coletiva local.

Ao final do livro, percebe-se claramente o universo em que viveram Faustina e Anacleto e os impactos causados sobre a sociedade rio-grandense pelo fim da escravidão no Uruguai. Conclui-se que as possibilidades de conseguir a liberdade ou permanecer na escravidão existiram de forma ambígua nesta fronteira entre o Império brasileiro e a República Oriental do Uruguai. Em resumo, o livro é uma ótima leitura, não só para aqueles que estudam a história da escravidão no Brasil, mas para quem, mesmo distante do mundo acadêmico, deseja entender uma parte de nossa história que tem sido até agora pouco pesquisada e divulgada.

Rachel Caé

rachelcae@gmail.com

Universidade Federal

do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)